

**Operadora:**

Bom dia, e obrigada por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao 2T10. Estão presentes a Presidência da CESP, a Diretoria e assessores.

Informamos que este evento está sendo gravado e que todos os participantes estarão apenas ouvindo a conferência durante a apresentação da Companhia, e, em seguida, iniciaremos a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores, e logo após atenderemos as perguntas da imprensa, quando mais instruções serão fornecidas.

Caso algum dos senhores necessite de assistência durante a teleconferência, queira, por favor, solicitar a ajuda de um operador, digitando *0.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet, via Webcast, podendo ser acessado no endereço <http://ri.cesp.com.br>, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores.

O replay deste evento estará disponível algumas horas após o encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta conferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaríamos de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Senhores, podem prosseguir.

CESP:

Bom dia a todos. Muito obrigado por sua participação na teleconferência da CESP sobre os resultados do 2T10.

Informamos que se encontram à mesa o Dr. Vílson Christofari, Diretor Presidente e Diretor de Geração, o Dr. Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e assessores.

Iniciamos nossa reunião registrando que ainda não há nenhuma comunicação oficial sobre o resultado dos estudos do grupo de trabalho coordenado pelo Ministério de Minas e Energia sobre as concessões que irão vencer em 2015 que, no caso da CESP, referem-se às UHEs de Ilha Solteira e Jupia, que representam 67% da nossa capacidade instalada.

No âmbito comercial, os preços para liquidação das diferenças, PLD aplicados no mercado spot reagiram no 2T, fechando junho a R\$68 por MW/h na região



Sudeste. Durante os meses de julho e agosto, os preços continuaram em evolução, sendo que na segunda semana de agosto alcançaram mais de R\$130 por MW/h. Esses preços mais altos no semestre devem permanecer até o mês de outubro, em função do aumento da carga demandada pelo mercado, em combinação com a situação hidrológica já afetada pelo período seco.

Então, vamos ao slide dois. A receita operacional líquida evoluiu 4,7% e o EBITDA manteve-se estável, com uma evolução de 0,1%. Fechamos o 2T10 com um lucro líquido de R\$133 milhões, decorrente de nossas atividades operacionais e do resultado financeiro negativo registrado com encargos de dívidas e variações monetárias.

Lembrando que este lucro é 81% menor que o 2T09, já que aquele trimestre estava afetado por variações cambiais extraordinárias, decorrentes da recuperação do Real pós-crise de 2008, e pela reversão de ações judiciais tributárias a favor da CESP.

O slide três mostra a distribuição do faturamento da CESP nos três segmentos de comercialização de energia. Obtivemos crescimento de 6 p.p. nas receitas do mercado regulado, que correspondeu a 62% das vendas totais, e uma redução de 4 p.p. no mercado livre, que correspondeu a 34% das vendas. O mercado spot participou com 4%, ante os 6% do 2T09.

No slide seguinte, apresentamos a quantidade de energia vendida em MW/h, que se manteve em linha com o mesmo período de 2009. O preço médio do MW/h aumentou 6%, de R\$87,70 no 2T09 para R\$ 92,90 no 2T10, descontado o ICMS e as vendas na CCEE, crescimento decorrente de reajustes de preços contratuais e início de atendimento de contratos no mercado regulado firmados anteriormente, com melhores preços.

No slide cinco, demonstramos que as receitas operacionais alcançaram R\$787 milhões, 4,5% superiores ao mesmo período de 2009, obtidos principalmente com as vendas no segmento de suprimento de energia, leilões no ambiente regulado, o ACR, que participaram com R\$484 milhões. R\$270 milhões são referentes a clientes consumidores livres, ACL, e R\$33 milhões referentes à CCEE, energia de curto prazo. A receita líquida no 2T10 registrou aumento de 4,7%, alcançando R\$688 milhões.

Ilustramos no slide seis o valor das despesas operacionais, que aumentaram 17,8%. Os custos e despesas operacionais do trimestre totalizaram R\$ 372 milhões, devido ao aumento principalmente em energia comprada e maior nível de provisões operacionais em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em consequência, na relação com a receita líquida, as despesas apresentaram um aumento de 6 p.p.

As próximas lâminas, sete e oito, mostram a composição do EBITDA, que no 2T10 totalizou R\$455 milhões, montante similar ao do 2T09, com margem de 66%. Já o EBIT registrou R\$316 milhões, com margem de 46%, sendo 7% inferior ao valor do 2T09.

O slide nove ilustra o resultado financeiro do 2T10, que foi negativo em R\$141 milhões, explicados principalmente pelas despesas com encargos da dívida e variações monetárias e cambiais verificadas no período, em contraposição às receitas de variações cambiais no mesmo período de 2009, de R\$410 milhões, e, o devido ao Real que se valorizou acentuadamente.



A dívida financeira, que continua em declínio, foi impactada pela desvalorização de 1,15% do Real frente o USD, refletindo-se na apropriação de despesas com variações cambiais da ordem de R\$20 milhões, e pela apropriação de despesas com encargos sobre a dívida total no valor de R\$95 milhões. As despesas com variações monetárias alcançaram R\$49 milhões.

Também gostaríamos de registrar a redução de 11% nas despesas financeiras líquidas do período, redução que vem se refletindo a cada trimestre e que reflete a atual estrutura da dívida financeira da Companhia.

Passando para o slide dez, podemos observar a redução de nosso endividamento líquido em cerca de 4%, totalizava em 30 de junho R\$4,7 bilhões. A parcela em USD, que representa 37% do total do endividamento no 2T10, e 36,7% no 1T. No trimestre foram amortizados R\$322 milhões da dívida total.

No slide 11, a tabela mostra alguns indicadores econômico-financeiros que podem complementar a análise dos números do segundo trimestre da CESP.

Com isso, concluímos nossa apresentação. Agradecemos a participação de vocês e abrimos a reunião para a sessão de perguntas e respostas. Muito obrigado.

Luiz Pinho, UBS:

Bom dia a todos. Minha pergunta é em relação ao que vocês pretendem fazer. As grandes empresas estão se desalavancando rapidamente, e, se não me engano, no últimos *conference call* de resultados vocês disseram que, pelo menos em relação a projetos *green field*, é algo que ainda está muito incipiente e deve demorar alguns anos.

Então, considerando um cenário em que você atinja, não sei, 1x *net debt to EBITDA*, talvez daqui a três anos, quatro anos, algo desse tipo, como vocês veem a questão do pagamento de dividendos? Ou, em outras palavras, vocês têm um nível de alavancagem alvo, para que a partir daí passem a fazer um pagamento de dividendos maior? Ou, finalmente, vocês têm alguma dificuldade em função dessa indefinição sobre a renovação das concessões em 2015? Obrigado.

Almir Martins:

Bom dia, Luiz. A alavancagem efetivamente, o endividamento não tem uma relação direta com nosso pagamento de dividendos. Em função da legislação brasileira e em função do nosso estatuto, a distribuição de dividendos se faz em função do lucro, e nossa estatuto estabelece que essa distribuição pode atingir 10% do valor do capital social da Companhia.

Portanto, havendo lucro e havendo situação de caixa, ou situação financeira ou econômica favorável para o pagamento de dividendos, faremos o pagamento normalmente.

Então, supondo que neste exercício tenhamos um resultado positivo, faremos um pagamento de dividendo normalmente. Esta é nossa posição.



Luiz Pinho:

OK. Obrigado.

Diego Moreno, Merrill Lynch:

Eu tenho uma pergunta em relação à questão de provisionamento. Estávamos dando uma olhada aqui nos provisionamentos das contingências possíveis e retomas, e vimos que houve um aumento expressivo de um trimestre para o outro, quase R\$1 bilhão. Gostaria de mais detalhes sobre o que motivou esse aumento tão forte de um trimestre para o outro. Obrigado.

Ivo Antonio Fuchs:

Essa oscilação ocorre em função de algum processo, ou algum pleito que entra na Companhia. Aí tem a fase de instrução de processo, a fase recursal. Isso normalmente entra nas posições de remoto e possível; às vezes o pleito é em um valor exagerado, e isso é analisado pelo jurídico, onde o valor pode ser bem reduzido, e dificilmente isso passará para a situação de provável, que requereria um provisionamento.

Mas observamos realmente este aumento, por alguns processos que entraram, de ordem ambiental principalmente, mas nada fora do normal, que requeira uma atenção de provisionamento no futuro.

Diego Moreno:

OK. Obrigado.

Sérgio Tamashiro, Banco Safra:

Bom dia a todos. Eu tenho algumas perguntas, a primeira ainda falando sobre CAPEX, não sobre o *green field*, mas sobre instalações existentes: qual é o nível de CAPEX que deve ser utilizado aqui para os próximos anos? Que padrão podemos trabalhar?

E segundo, indo um pouco para esse lado de endividamento, vocês estão falando que se tiver lucro pode ser que paguem dividendos. Eu queria entender se todo o lucro, ou vocês vão nesse período, até o final de 2012, diminuindo totalmente esse endividamento? Já diminuíram do 1T para o 2T e devem continuar tendo essa tendência. Ou se realmente o foco de vocês, por enquanto, está sendo nesse vencimentos dos *bonds* no começo do ano que vem, se vocês já conseguiram rolar, como estão essas negociações, se o mercado está aberto ou está fechado.

E a terceira pergunta, rápida também, é sobre a recontração de energia. Antes, vocês colocam esse mapa de energia descontratada, mas a partir de 2013 a 2015, que me lembre havia uma quantidade boa, considerando até antes do vencimento das concessões. O que vocês estão fazendo com essa energia? Vocês vão chegar mais próximo do período de 2013 para renegociar? Vão renegociar contratos com menos de dois anos? O que vocês estão fazendo? Obrigado.



Almir Martins:

Bom dia. Nosso nível de investimento, do ponto de vista usual, para atender a atualização dos equipamentos, é da ordem de R\$110 milhões. Gasta-se ou investe-se um pouco mais que isso porque ainda temos alguns compromissos com a área de inundação, com o reservatório de Porto Primavera. Ainda temos alguns compromissos com TAC, com termos de ajustamento de conduta, então temos gasto um pouco mais que esse nível que seria razoável para manutenção do TAC.

Sérgio Tamashiro:

R\$10 milhões sem considerar essas indenizações?

Almir Martins:

Exatamente.

Sérgio Tamashiro:

O que podem ser essas indenizações a mais? R\$30 milhões por ano?

Almir Martins:

Vamos falar uns R\$40 milhões.

Sérgio Tamashiro:

OK.

Almir Martins:

Dividendos, em função do nosso estatuto, ele estabelece a distribuição de 10% do capital. Mas, para isso, eu preciso ter lucros. Então, suponha que tenhamos lucros de R\$600 milhões, é mais ou menos 10% do capital. Seria o nosso objetivo final no momento em que tivermos um lucro desta ordem.

Não temos. Não tivemos nos anos passados, e temos que acompanhar isto para os anos seguintes. Mas supondo que tenhamos metade, por exemplo, R\$300 milhões. Esses R\$300 milhões são o que eu deveria distribuir. É óbvio que, de acordo com o estatuto, eu pago prioritariamente as ações preferenciais da classe A, que representam muito pouco; representam cerca de R\$150 milhões no valor de capital, e 10% desse valor são R\$15 milhões.

Então, as preferenciais de capital recebem prioritariamente, e geralmente recebem 10% sobre o valor, já que o montante envolvido é só cerca de R\$15 milhões.

As ações ordinárias e as preferenciais da classe B participam em igualdade até esses 10% do valor do capital. Se houve lucro excedente a isso, a destinação se faz em assembleia.

Estamos nos planejando normalmente para o pagamento dos *bonds* que vencem em fevereiro. Já apresentamos os números ao Conselho de Administração e temos uma sinalização de continuarmos negociando a solução. Esta solução ainda não



está definida, não acertamos isso ainda com o Conselho, mas iremos pagar os *bonds* que vencem em fevereiro de 2011.

O valor de principal destes *bonds* é US\$184 milhões, mais alguns encargos, cerca de US\$11 milhões. Então, estamos falando em pagar, no final de fevereiro, cerca de US\$195 milhões.

Quanto à recontração de energia, vou passar sua pergunta ao Vílson, nosso Presidente e também Diretor de Geração.

Sérgio Tamashiro:

Deixe-me só tentar entender um pouco: desses US\$195 milhões, será mais em mercado local?

Almir Martins:

US\$195 milhões é o valor de principal mais encargos, especificamente do bônus da série 6. É um título colocado no mercado internacional, dívida em moeda estrangeira.

Sérgio Tamashiro:

Sim, mas na renegociação, estão mais focando em continuar a ficar uma dívida internacional, ou estão pensando...

Almir Martins:

Entendi a colocação. Nossa preferência, hoje, seria por uma dívida em moeda local, se isso for possível e conveniente. Mas esta decisão ainda não está tomada.

Sérgio Tamashiro:

Nem tem uma sensibilidade de preço? Se é IGP-M mais que nível de preço de custos?

Almir Martins:

Os custos hoje em qualquer tipo de operação, seja IGP-M mais alguma coisa, IPCA mais alguma coisa, CDI mais um spread, qualquer emissão dessas gira em torno de 11% a 13%, custo total incluindo a inflação.

Sérgio Tamashiro:

OK.

Vílson Christofari:

Bom dia, Tamashiro. Em relação à recontração de energia, nós, de fato, a partir de 31 de dezembro de 2012 estaremos com alguns contratos vencidos e com disponibilidade de energia a partir de 1º de janeiro de 2013.



Estes contratos, em sua quase totalidade, são contratos firmados em ambiente regulado, ou seja, contratos com distribuidoras. E em relação a esta disponibilidade, estamos prudentemente aguardando as indicações e as definições que o Governo Federal venha a tomar em relação à renovação das concessões.

Tem alguma pouca disponibilidade que não é de contrato regulado, de contrato livre, que nos dá alguma possibilidade de venda, mas o grande bloco, realmente, de desconstrução a partir de 2013 é desses contratos regulados. Então, no momento não estamos vendendo esta energia, estamos aguardando as diretrizes relativas à renovação das concessões.

Sérgio Tamashiro:

OK. Obrigado.

Bruno Pascom, Barclays:

Obrigado. Bom dia a todos. Na verdade, tenho uma pergunta específica em relação aos dividendos retidos que não foram pagos, que serão pagos conforme o cronograma até 2019. A expectativa é que este pagamento seja feito junto com o pagamento, de dividendo ordinário caso a Empresa gere lucro agora, em abril de 2011, ou vocês farão pagamentos extraordinários conforme o cronograma de amortização da dívida, que gerou aquele ganho cambial que não permitiu que a Empresa pagasse dividendo?

A ideia é só entender um pouco do timing, se vai ter um casamento do pagamento de dividendo junto com o dividendo ordinário da Empresa, ou se não, se seriam feitas declarações de dividendos extraordinárias ao longo do ano até 2019, para cumprir, enfim, aquele cronograma que foi apresentado no trimestre passado. Obrigado.

Ivo Antonio Fuchs:

Este dividendo é considerado, está na explicativa do balanço e mantido no ITR. Quando fecharmos o balanço de 2011, se porventura tenhamos um lucro de, por exemplo, R\$150 milhões, aquele lucro será destinado, e juntamente com esse lucro a ser destinado, será somada a reserva de lucros a realizar, que o primeiro ano, em 2011 é de R\$162 milhões.

Então, a destinação que será proposta à assembleia que ocorrerá em abril de 2012 é que contemplará a destinação do lucro de 2011, mais aquele montante de reserva que está na nota de reserva de lucros.

Bruno Pascom:

Claríssimo. Muito obrigado.

Alexandre Kogake, BES Securities:

Bom dia. Minha pergunta na verdade é mais setorial: eu queria saber se vocês acreditam no fim da RGR para o fim deste ano?



E se aquele valor que a CESP recolhe no ano totalizou R\$80 milhões, se eventualmente isso se transformaria em aumento de margem para a Companhia. Obrigado.

Vilson Christofari:

Bom dia, Alexandre. Realmente, nossa expectativa é pela extinção da RGR. Nós temos acompanhado, entretanto, com tristeza alguns movimentos que existem no sentido de prorrogar o prazo do recolhimento das cotas da RGR, até com finalidades diferentes de sua instituição inicial.

Mas, volto a dizer, há a expectativa de que realmente existe a extinção. Creio que para isso serão decisivos os meses de novembro e dezembro, pós-eleições.

Em relação à segunda parte da sua pergunta, temos alguns contratos com previsão de que na hipótese de alterações de impostos e encargos setoriais, os preços seriam revistos, e outros contratos não têm essa cláusula. Então, naqueles contratos em que existe essa cláusula, é óbvio que uma alteração de encargos, no caso uma redução de encargos, poderá se refletir em um reajuste, uma adequação dos preços consumidores dos compradores da energia.

Alexandre Kogake:

Entendi. Só para ter uma ideia, esses contratos que têm essa cláusula são em ambiente regulado, ambiente livre? Qual é o tipo de contrato?

Vilson Christofari:

Tem no ambiente regulado e alguns contratos no ambiente livre também, com essa cláusula.

Alexandre Kogake:

OK. Obrigado.

Pedro Manfredini, JPMorgan:

Bom dia a todos. Minha pergunta é bem simples. É notório que vocês têm sido despachados acima da energia firme por um bom tempo, vocês e outras usinas, principalmente no Estado de São Paulo. Eu queria entender o que tem sido conversado com o regulador para que a energia firme seja de fato revista? Eu só não me lembro se essa revisão é periódica ou não, queria só entender um pouco melhor. Eu tenho uma dúvida um pouco conceitual também, mas que cabe muito à CESP por conta disso, vocês têm sido despachados acima da firme e acabam colocando boa parte da energia no *pool* das geradoras, que é de R\$8. Eu só queria entender mais ou menos o racional disso.

Vilson Christofari:

Bom dia, Pedro. Está prevista uma revisão da energia assegurada das usinas hidrelétricas para o ano de 2014. Até lá, a energia assegurada das nossas usinas é a questão hoje definida no contrato de concessão.



Nós temos na ANEEL um pedido de pequeno reajuste da energia assegurada de Jupia, mas este pedido não tem progredido, mas é algo realmente de pouco significado. Então, somente em 2014 que haverá essa revisão da energia assegurada de todas as usinas hidrelétricas do sistema interligado nacional.

Em relação ao por que se produz acima da energia assegurada, obviamente que nos meses em que os reservatórios estão em uma situação de acumulação de água razoável, o NS despacha as usinas hidrelétricas para produzirem de modo compatível com esse nível dos reservatórios.

Isso ocorreu nos primeiros meses deste ano; nós tivemos bastante produção, acima da energia assegurada. Nos períodos mais secos, como agora está ocorrendo, esse despacho de hidrelétricas se torna menor, aumenta a geração de usinas termelétricas em função de um nível mais baixo de reservatórios.

O aproveitamento dessa energia que é gerada acima da energia assegurada tem dois destinos: uma parte, como você disse, entra para o 'condomínio' das usinas hidrelétricas em termos do mecanismo de realocação de energia. Mas aquilo que o sistema como um todo produz acima da energia assegurada dele, essa é a chamada energia secundária, e essa energia secundária, independente de quem a produz, é rateada por todos os geradores hidrelétricos do sistema.

Então, a CESP tem sua cota importante deste rateio, também, da energia secundária, independente de ela ter sido produzida em suas usinas ou nas usinas de outros geradores. Esta energia, então, é liquidada na CCEE.

Não sei se respondi sua pergunta, se ficou claro.

Pedro Manfredini:

Respondeu, Vílson. Eu queria entender o racional também, em 2014, vocês enxergam que a possível a firme, não só da CESP, mas de algumas usinas, ser revista para cima? Porque me parece que você constantemente é despachado acima da sua firme, e você acaba entrando nessa história do condomínio. Você acha que no futuro as empresas podem pleitear isso? É uma coisa viável? Principalmente da CESP.

Vílson Christofari:

Entendi sua pergunta. O fato de a CESP estar produzindo normalmente acima da sua energia assegurada não é um argumento técnico, digamos, para pleitear um aumento da energia assegurada.

A energia assegurada pela metodologia atual, e provavelmente não fugirá muito disso nessa revisão de 2014, a energia assegurada de cada usina decorre de um rateio da energia assegurada de todo o sistema, e este rateio é realizado com base, simplificando a explicação, naquilo que cada usina produziria se estivesse isolada, se não fosse operada em conjunto.

Então, vamos pegar um caso como Ilha Solteira, ou Jupia, nossas maiores usinas, e Porto Primavera. São usinas que, como usinas isoladas, produziram uma quantidade de energia muito menor do que hoje produzem de fato. São usinas que se beneficiam, para fins de produção, de toda uma regularização que existe de



uma série de usinas que estão aos montantes no Rio Grande, no Rio Paranaíba e seus afluentes.

Então, o fato de a Empresa estar produzindo acima da sua assegurada não é um argumento técnico que justifique o pleito de aumento da sua energia assegurada. O critério técnico considera outros parâmetros.

A grande variável, que realmente poderá influenciar nesse recálculo da energia assegurada em 2014, é a entrada desses grandes empreendimentos que até então estarão em operação, como é o caso de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte. O impacto dessas usinas, no cálculo da energia assegurada do sistema como um todo, será realmente bastante importante.

Nós estamos fazendo algumas simulações aqui na CESP, mas ainda não temos conclusões definitivas em relação ao assunto.

Pedro Manfredini:

Está ótimo. Muito obrigado.

Rodolfo Barbosa, Reuters:

Bom dia a todos. Minha pergunta é a respeito da renovação das concessões que estão para expirar mais para frente, até 2015. Queria saber se o Governo já sinalizou alguma coisa a respeito delas, se vai renovar, se não vai, se tomou alguma posição ou tem algum prazo para a posição. O mercado está vendo que alguma coisa neste tempo já deveria ter sido melhor estabelecida, está tudo muito incerto. Queria saber o que vocês têm a respeito disso.

Vilson Christofari:

Como dito no início da apresentação, de fato, o Governo Federal ainda não noticiou, pelo menos oficialmente, os resultados do trabalho do grupo que vem analisando as áreas alternativas.

Nós na CESP e vários outros geradores acreditamos que o encaminhamento do assunto será no sentido de renovação das concessões, mas ainda não existe uma posição oficial do Governo Federal.

Rodolfo Barbosa:

OK. Quando, mais ou menos, o Governo pode ter essa posição? Ele deu algum prazo? Antes das eleições, depois?

Vilson Christofari:

O que tem sido dito nas várias palestras do Ministro de Minas e Energia é que essa decisão deve ser anunciada ou logo após as eleições, ou no início do próximo Governo.

Rodolfo Barbosa:

OK. Muito obrigado.

**Ana Flávia Rocha, Agência Leia:**

Boa tarde. Eu queria confirmar qual é o investimento previsto para este ano, de forma geral, da CESP, e queria saber qual é o valor que vocês têm ainda de compromisso com Porto Primavera, se ainda tem alguma tendência e quanto isso significa.

Almir Martins:

Quanto à primeira parte da pergunta, nós tratamos como investimentos aqueles gastos que dizem respeito a manutenções de porte, novos compromissos com as usinas, mas nem sempre isso se reflete contabilmente. Não se reflete contabilmente, às vezes, por questões de procedimentos contábeis que estão sendo alterados, por testes internos que fazemos regularmente nas usinas.

Mas, de qualquer maneira, o nosso desembolso este ano está previsto da ordem de R\$160 milhões. Isso inclui aquele programa normal de manutenção das usinas e os compromissos com Porto Primavera.

Ana Flávia Rocha:

Dá para saber quanto mais ou menos é referente a Porto Primavera?

Almir Martins:

Sim, mas eu vou passar a segunda parte da sua pergunta para o Vílson. Enquanto isso, pesquiso meus números.

Ana Flávia Rocha:

OK. Obrigada.

Vílson Christofari:

Bom dia, Flávia. Você poderia repetir a segunda parte da sua pergunta, por favor? Não ficou muito clara.

Ana Flávia Rocha:

A segunda parte da pergunta é justamente referente ao valor de investimento ou de desembolso no ano que é referente a Porto Primavera. Quais, ainda, também são os compromissos que vocês têm nesse sentido com Porto Primavera que ainda teriam que honrar até o final do ano.

Almir Martins:

Especificamente para este ano, devemos gastar com Porto Primavera cerca de R\$80 milhões, e uns R\$170 milhões no total do âmbito da Companhia.

Parte deste gasto com Porto Primavera é de compromissos que assumimos com o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Estado de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, e com algumas prefeituras locais. Então, temos ainda 2010, 2011, declinando em 2012 para encerrar esses compromissos.

**Ana Flávia Rocha:**

2010 até 2012 para encerrar os compromissos nesse valor que você me passou, de R\$80 milhões?

Almir Martins:

Sim. Esse número de R\$80 milhões deve cair progressivamente. Como eu tive a oportunidade de responder antes, um programa normal nosso de manutenção das usinas e modernização deve envolver por volta de R\$100 milhões a R\$110 milhões.

Ana Flávia Rocha:

Obrigada.

Operadora:

Encerramos neste momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra à CESP para as considerações finais.

CESP:

Agradecemos pela participação na nossa conferência dos resultados do 2T. Informamos que o nosso release e outras informações com mais detalhes sobre os resultados estão disponíveis em nosso *website* de Relações com Investidores, e nossa equipe de RI está à disposição pelos meios de contato que constam no final da apresentação.

Muito obrigado a todos, e até a próxima teleconferência, do 3T. Muito obrigado.

Operadora:

A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos, e tenham uma boa tarde.

“Este documento é uma transcrição produzida pela MZ. A MZ faz o possível para garantir a qualidade (atual, precisa e completa) da transcrição. Entretanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais falhas, já que o texto depende da qualidade do áudio e da clareza discursiva dos palestrantes. Portanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos que possam surgir com o uso, acesso, segurança, manutenção, distribuição e/ou transmissão desta transcrição. Este documento é uma transcrição simples e não reflete nenhuma opinião de investimento da MZ. Todo o conteúdo deste documento é de responsabilidade total e exclusiva da empresa que realizou o evento transcrito pela MZ. Por favor, consulte o website de relações com investidor (e/ou institucional) da respectiva companhia para mais condições e termos importantes e específicos relacionados ao uso desta transcrição.”